

CONTRATO OCS Nº 123/2020
CONTRATO SAP Nº 4400004265

**ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE
SI CELEBRAM A BNDES PARTICIPAÇÕES
S.A. – BNDESPAR E ELLEN GRACIE
ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S, NA
FORMA ABAIXO:**

A **BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR**, subsidiária integral do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL — **BNDES**, com sede em Brasília – DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, nº 100, CEP 20031-917, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 00.383.281/0001-09, doravante denominada simplesmente **BNDESPAR**, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, e **ELLEN GRACIE ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S**, com sede no Rio de Janeiro - RJ, na Av. Rui Barbosa, nº 566, apto. 301 - Flamengo, CEP 22250-020, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 15.349.507/0001-22, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, nos termos da IP AJ2/JUGESPAR nº 03/2020, de 15/07/2020, autorizada em 17/07/2020, observado o disposto na Lei nº 13.303/2016, celebram o presente Instrumento Contratual Aditivo nº 01, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADES

O presente Aditivo tem por finalidades:

- (i) adequar a redação prevista na Cláusula Primeira (“OBJETO”) do Contrato, tendo em vista a superveniência da sentença prolatada no Procedimento Arbitral CAM nº 94/2017, no âmbito da Câmara de Arbitragem do Mercado, envolvendo a BNDES Participações S.A. – **BNDESPAR**;
- (ii) estabelecer novo prazo de entrega do Parecer Jurídico de que trata o item 4.1 do Projeto Básico, Anexo I ao Contrato; e
- (iii) a reformulação dos quesitos a serem respondidos por meio do Parecer Jurídico, consubstanciada na inclusão do Anexo IV ao Contrato.

Parágrafo Único

Em decorrência das finalidades supramencionadas, inclui-se no Contrato o ANEXO IV – QUESITOS A SEREM RESPONDIDOS PELO PARECER JURÍDICO. Além disso, alteram-se as redações da CLÁUSULA PRIMEIRA (“OBJETO”) do Contrato e do item 4.1 do Projeto Básico, Anexo I ao Contrato, que passam a vigorar da seguinte forma:

“CONTRATO OCS 123/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

*O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços consistentes na elaboração e apresentação de parecer jurídico sobre as consequências advindas da sentença prolatada no Procedimento Arbitral CAM nº 94/2017, no âmbito da Câmara de Arbitragem do Mercado, envolvendo a BNDES Participações S.A. – **BNDESPAR**, bem como possíveis medidas que podem ser adotadas pela **BNDESPAR** a partir dessa sentença, conforme especificações constantes do Projeto Básico e da Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.*

(...)

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

(...)

4.1. Prazo de entrega

*O Parecer Jurídico objeto do presente Projeto Básico deverá ser entregue pela futura **CONTRATADA** à **BNDESPAR** até o dia 13/08/2020.*

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO

Permanecem em vigor e inalteradas as demais cláusulas do **CONTRATO**, não importando este Instrumento Contratual Aditivo nº 01 em novação.

Em razão da declaração de estado de calamidade pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6/2020, este Aditivo será assinado pelas Partes de forma eletrônica.

As Partes consideram, para todos os efeitos, “a data mencionada abaixo” como a data de formalização jurídica deste Instrumento.

As folhas deste Aditivo foram conferidas por Moreno Castilho Pereira, advogado do Sistema **BNDES**, por autorização do representante legal que o assina.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Instrumento.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2020.

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR

ELLEN GRACIE ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S

ANEXO IV – QUESITOS A SEREM RESPONDIDOS PELO PARECER JURÍDICO

Premissa: BNDESPAR convocará AGE de responsabilização após resultado favorável em procedimento arbitral.

- 1) Quais são as perspectivas prescricionais da pretensão de reparação dos danos causados pelos administradores e/ou pelos controladores da JBS à própria companhia, considerando-se especialmente o disposto nos artigos 286, 287, II, (b), 2 e 288 da Lei 6.404/76 (Lei das S/A) e o teor dos crimes confessados pelos executivos do grupo econômico da JBS no âmbito do Acordo de Delação Premiada, que incluem Corrupção Ativa e “Caixa 2 Eleitoral”? Tendo em vista o desconhecimento atual quanto à extensão da autoria, existência e materialidade de danos causados à própria JBS por Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista e outros administradores indicados pela J&F para a JBS, é possível sustentar que ainda não corre prescrição sobre a eventual ação de responsabilização dos administradores e/ou dos controladores até que sobrevenha relatório conclusivo de investigação independente que aponte inequivocamente a extensão da autoria, existência e materialidade de danos causados à JBS?
- 2) Se aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) o ingresso de ação de responsabilidade civil em face dos acionistas controladores/ administradores por danos causados à JBS (“JBS” ou “Companhia”) em 2017, o impedimento dos administradores previsto no artigo 159, §2º da Lei nº 6.404/76, que prevê o afastamento dos administradores após a deliberação favorável dos acionistas em assembleia, seria extensível ao eventual retorno dos irmãos Joesley e Wesley Batista, considerando que atualmente não exercem cargos de administração na Companhia?
- 3) Alguma medida cautelar contra a JBS poderia ser adotada pela BNDESPAR para assegurar o cumprimento da sentença arbitral na ocasião da realização da AGE, tendo em vista que esta impediu a J&F de votar na deliberação sobre ação de responsabilidade civil contra os controladores ou o único remédio para eventual descumprimento da J&F seria uma ação de anulação assemblear (com base na previsão legal de anulabilidade de AGE realizada com voto conflitado)?
- 4) Uma vez aprovada em AGE ação de responsabilidade civil em face dos acionistas controladores/administradores e constatada a inércia da Companhia em promovê-la por prazo superior a 3 (três) meses, haveria outro remédio jurídico a ser adotado pela BNDESPAR (por exemplo, nova AGE de responsabilização dos atuais administradores) alternativamente à possibilidade de ingresso de qualquer acionista como substituto

processual (artigo 159, §3º, LSA)? Quais consequências jurídicas advirão da aventada inércia para os atuais administradores da JBS?

5) Conforme voto proferido pelo Árbitro Presidente do Tribunal Arbitral, Sr. Anderson Schreiber, “verifica-se que a J&F, vinculada que está à declaração de vontade que decidiu emitir sobre a matéria, ao celebrar o acordo de leniência, atraiu para si uma situação objetiva e concreta de conflito de interesses, pois não se pode assumir que votará, pela própria força vinculante daquele acordo de leniência previamente firmado e pelas consequências reconhecidamente graves de seu descumprimento, senão no seu interesse particular, o que deixa, ipso facto, o interesse social em segundo plano.” Tendo em vista o posicionamento adotado, é possível defender-se a tese de que a J&F estaria impedida de votar ainda que rescindido o Acordo de Leniência?

6) Ainda de acordo com o voto proferido pelo Árbitro Presidente, “O reconhecimento da prática de atos ilícitos influencia, a toda evidência, essa deliberação, pela simples razão de que, na ausência de provas ou, ao menos, substanciosos indícios de tal prática, a eventual propositura de ação de responsabilização poderia configurar verdadeira aventura jurídica, a exprimir genuíno abuso de minoria. A celebração pela J&F de acordo de leniência em que reconhece a prática de ilícitos por meio da JBS afasta essa última hipótese (...)”. Haveria abuso de minoria na hipótese da BNDES exigir, via assembleia, que a Companhia ingresse com ação de responsabilidade caso o Acordo de Leniência e/ou de Colaboração Premiada já tivessem sido rescindidos? E no caso de rescisão superveniente, a ação eventualmente responsabilidade eventualmente ingressada pela JBS em face dos controladores perderia seu objeto?

7) Seria recomendável que a BNDESPAR esperasse a conclusão de uma investigação independente, prevista no Acordo de Leniência, ora em curso na Companhia, para que exigisse ingresso pela JBS, em caso de aprovação assemblear, da ação de responsabilidade em face dos controladores, em virtude da apuração de provas em curso? É possível a coexistência de ambas, sem prejuízo da apuração de provas na ação de responsabilidade?

8) Caso torne-se necessário que a BNDESPAR promova por conta própria ação de responsabilidade, na ocorrência de situações como as do artigo 159, §3º ou §4º da Lei nº 6404/76, por exemplo, deve a BNDESPAR permanecer acionista da Companhia e em conformidade com os percentuais exigidos pela legislação societária? Haveria perda superveniente de interesse de agir caso a BNDESPAR inicie litígio societário e posteriormente decaia de 5% do capital social da JBS (hipótese descrita no artigo 159, §4º da LSA) ou aliene a totalidade de sua participação societária, não sendo mais acionista da Companhia (hipótese do artigo 159, §3º, LSA)?